

# **Santa Casa Misericordia Mirandela**

**Anexo**

**18 de Abril de 2016**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
1	Identificação da Entidade .....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	5
3.1	Bases de Apresentação .....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	12
5	Activos Fixos Tangíveis.....	12
6	Activos Intangíveis .....	14
7	Locações.....	15
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	16
9	Inventários .....	16
10	Rédito.....	17
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes .....	17
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	18
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
14	Imposto sobre o Rendimento .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
15	Benefícios dos empregados .....	18
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	19
17	Outras Informações .....	19
17.1	Investimentos Financeiros .....	19
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros .....	19
17.3	Clientes e Utentes.....	20
17.4	Outras contas a receber.....	20
17.5	Diferimentos .....	21
17.6	Outros Activos Financeiros .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
17.7	Caixa e Depósitos Bancários .....	21
17.8	Fundos Patrimoniais .....	21
17.9	Fornecedores .....	21
17.10	Estado e Outros Entes Públicos .....	22
17.11	Outras Contas a Pagar .....	22
17.12	Outros Passivos Financeiros .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração .....	22

17.14 Fornecimentos e serviços externos .....	23
17.15 Outros rendimentos e ganhos .....	23
17.16 Outros gastos e perdas .....	23
17.17 Resultados Financeiros .....	24
17.18 Acontecimentos após data de Balanço .....	24

## **1 Identificação da Entidade**

---

A “Santa Casa Misericórdia Mirandela” é uma instituição sem fins lucrativos, com estatutos publicados no Diário da República n.º 59 , Série III, de 11 de Março de 1960 com sede em Praça 5 de Outubro, Nº 16 e 17. Tem como actividade a Solidariedade Social com o CAE 87301 para que possa prosseguir os seguintes objectivos estatutários:

- Apoio à infância e juventude nas Valências – Creche; Pré-Escolar; CATL e Centro de Acolhimento Temporário para menores em risco;
- Apoio à terceira idade nas Valências – Lar; Centro de Dia; SAD e UAI;
- Área da Saúde – UCC;

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2015 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

### 3 Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### 3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

##### 3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou

inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Activos Fixos Tangíveis**

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### **3.2.2 Investimentos financeiros**

A Misericórdia tem influência na Empresa Terra Quente SA, o investimento financeiro é registado pelo método da Equivalência Patrimonial ( MEP ) , com a representação de 8% do capital desta entidade.

As participações estão registadas pelo custo de aquisição.

### **3.2.3 Inventários**

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo corrente.

### **3.2.4 Instrumentos Financeiros**

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.



### Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.5 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

#### **3.2.6 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a

Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.7 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

#### Loações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Loações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Loações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### **3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

---

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5 Activos Fixos Tangíveis**

---

##### Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	191 397,96					191 397,96
Edifícios e outras construções	7 507 661,32	3 294 291,96		18 820,44		10 783 132,84
Equipamento básico	1 931 212,02	682 945,29				2 614 157,31
Equipamento de transporte	371 533,93					371 533,93
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	277 652,05					277 652,05
Outros Activos fixos tangíveis	147 305,81					147 305,81
<b>Total</b>	<b>10 426 763,09</b>	<b>3 977 237,25</b>	<b>0,00</b>	<b>18 820,44</b>	<b>0,00</b>	<b>14 385 179,90</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2 020 256,87	217 132,46				2 237 389,33
Equipamento básico	1 938 349,94	120 450,69		17 918,58		2 040 882,05
Equipamento de transporte	371 533,93					371 533,93
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	267 475,44	10 106,81				277 582,25
Outros Activos fixos tangíveis	60 198,34	4 139,82				64 338,16
<b>Total</b>	<b>4 657 814,52</b>	<b>351 829,78</b>	<b>0,00</b>	<b>17 918,58</b>	<b>0,00</b>	<b>4 991 725,72</b>

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	191 397,96					191 397,96
Edifícios e outras construções	10 783 132,84	999 129,74	50 966,00			11 731 296,58
Equipamento básico	2 614 157,31	38 158,74				2 652 316,05
Equipamento de transporte	371 533,93	18 252,03				389 785,96
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	277 652,05	667,65				278 319,70
Outros Activos fixos tangíveis	147 305,81					147 305,81
<b>Total</b>	<b>14 385 179,90</b>	<b>1 056 208,16</b>	<b>50 966,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15 390 422,06</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2 237 389,33	119 233,51				2 356 622,84
Equipamento básico	2 040 882,05	122 654,30				2 163 536,35
Equipamento de transporte	371 533,93	4 490,00				376 023,93
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	277 582,25	469,17				278 051,42
Outros Activos fixos tangíveis	64 338,16					64 338,16
<b>Total</b>	<b>4 991 725,72</b>	<b>246 846,98</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 238 572,70</b>

## 6 Activos Intangíveis

### Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					-966,00
Programas de Computador	7 699,19	76 044,47				83 743,66
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>7 699,19</b>	<b>76 044,47</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>82 777,66</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Descrição	2014			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>				
Goodwill	0,00			0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Activos intangíveis	0,00			0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	-966,00			966,00		0,00
Programas de Computador	83 743,66	1 554,72				85 298,38
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>82 777,66</b>	<b>1 554,72</b>	<b>0,00</b>	<b>966,00</b>	<b>0,00</b>	<b>85 298,38</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Descrição	2015			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>				
Goodwill	0,00			0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Activos intangíveis	0,00			0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 7 Locações

A Entidade detinha os seguintes activos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2015			2014		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte	18 252,03			41 250,00		
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo						
Outros Activos fixos tangíveis						
<b>Total</b>	<b>18 252,03</b>			<b>41 250,00</b>		

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2015			2014		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos	5 461,56	65,68	5 527,24	17 106,65	585,45	17 692,00
Mais de cinco anos						
<b>Total</b>	<b>5 461,56</b>	<b>65,68</b>	<b>5 527,24</b>	<b>17 106,65</b>	<b>585,45</b>	<b>17 692,00</b>

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	300 000,00	2 675 927,91	2 975 927,91	0,00	2 844 850,30	2 844 850,30
Locações Financeiras	0,00	18 252,03	18 252,03	0,00	5 461,56	5 461,56
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	133 000,00		133 000,00	0,00	152 000,00	152 000,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>433 000,00</b>	<b>2 694 179,94</b>	<b>3 127 179,94</b>	<b>0,00</b>	<b>3 002 311,86</b>	<b>3 002 311,86</b>

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2015 5			2014		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	300 000,00		300 000,00			
De um a cinco anos	133 000,00		133 000,00	152 000,00		152 000,00
Mais de cinco anos	2 694 179,94		2 694 179,94	2 850 311,86		2 850 311,86
<b>Total</b>	<b>3 127 179,94</b>	<b>0,00</b>	<b>3 127 179,94</b>	<b>3 002 311,86</b>	<b>0,00</b>	<b>3 002 311,86</b>

## 9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2014				2015		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 215,20	0,00	0,00	14 557,57	0,00	0,00	21 242,74
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3 215,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14 557,57</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21 242,74</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				776 460,58			774 922,79



Variações nos inventários da produção				0,00			0,00
---------------------------------------	--	--	--	------	--	--	------

## 10 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas	77 009,12	69 661,36
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	2 676 143,66	2 765 556,38
Quotas e jóias	18 509,52	11 720,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,52	4,79
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 771 662,82</b>	<b>2 846 942,53</b>

## 11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

### Provisões

Nos períodos de 2014 e 2015, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2014	Aumentos	Diminuições	2015
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	32 470,00	0,00	24 000,00	8 470,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do sector	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>32 470,00</b>	<b>0,00</b>	<b>24 000,00</b>	<b>8 470,00</b>

Foi concluída a liquidação do processo 278/10.1T BMDL – 80.000,00 euro iniciais;

### Passivos contingentes

“Relatar os passivos contingentes existentes, bem como os efeitos que podem ter e quais a incertezas que o mesmo acarreta, devendo ser indicado se existe a possibilidade de haver um exfluxo associado ao referido passivo contingente.”

Activos contingentes

“Descrever quais os activos contingentes existentes e que efeitos estes podem ter”

**12 Subsídios do Governo e apoios do Governo**

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2015	2014
<b>Subsídios do Governo</b>		
ISS,IP – CENTRO DISTRITAL	2 870 681,70	2 914 356,71
<b>Outros Subsídios</b>		
Outros	199 504,39	298 163,67
<b>Total</b>	<b>3 070 186,09</b>	<b>3 312 520,38</b>

**15 Benefícios dos empregados**

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2015 e 2014, foram, 9 nos dois anos.

Os órgãos directivos não usufruem as seguintes remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de 341 e em 31/12/2015 foi de 350.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	3 624 123,48	3 448 924,27
Benefícios Pós-Emprego	344,47	0,00
Indemnizações	9 312,90	9 088,89
Encargos sobre as Remunerações	842 760,83	703 730,36
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	36 032,13	16 915,01
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	595,90	9 132,85
<b>Total</b>	<b>4 513 169,71</b>	<b>4 187 791,38</b>

## 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2014 e 2015, foram de 7 306,20€ em cada um dos períodos.

## 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2015	2014
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>351 097,71</b>	<b>318 453,59</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	211 000,00	211 000,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>3 067,44</b>	<b>1 874,92</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>354 165,15</b>	<b>320 328,51</b>

### 17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
<b>Activo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocionadores	0,00	0,00
Quotas	12 835,62	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00

Total	12 835,62	0,00
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2015	2014
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	101 579,11	158 739,19
Utentes	445 520,15	435 737,55
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes	-1 003 224,08	-1 380 515,56
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes factoring</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes		
Utentes	22 869,69	22 869,69
<b>Total</b>	<b>-433 255,13</b>	<b>-763 169,13</b>

Nos períodos de 2015 e 2014 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2015	2014
Clientes		
Utentes	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	-42 387,99
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	30 807,20	47 567,99
Outras operações	0,00	-1 769,42
Outros Devedores	-15 348,01	556 714,30
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>15 459,19</b>	<b>560 124,88</b>

## 17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Outros	3 235,02	278 954,80
<b>Total</b>	<b>3 235,02</b>	<b>278 954,80</b>

## 17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	7 130,89	461,69
Depósitos à ordem	166 247,56	191 113,57
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>173 378,45</b>	<b>191 575,26</b>

## 17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 606 655,06	0,00	0,00	1 606 655,06
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1 252 457,69	595 976,95	-157 856,62	1 690 578,02
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 806 524,11	456 353,44	-127 576,30	3 135 301,25
<b>Total</b>	<b>5 665 636,86</b>	<b>1 052 330,39</b>	<b>-285 432,92</b>	<b>6 432 534,33</b>

## 17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	1 074 321,48	1 380 515,56
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 074 321,48</b>	<b>1 380 515,56</b>

### 17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	30 034,81	21 638,72
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>30 034,81</b>	<b>21 638,72</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	14 894,78	6 125,79
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	163,14	393,11
Segurança Social	158 389,48	75 639,54
Outros Impostos e Taxas	416,43	812,01
<b>Total</b>	<b>173 863,83</b>	<b>82 970,45</b>

### 17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		0,00		42 387,99
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		1 769,42
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>1 139,08</b>		<b>0,00</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Outros credores</b>		<b>15 348,01</b>		<b>-556 714,30</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>16 487,09</b>	<b>0,00</b>	<b>-512 556,89</b>

### 17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2 888 632,42	3 023 161,31
Subsídios de outras entidades	181 553,67	189 359,07
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3 070 186,09</b>	<b>3 212 520,38</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

**17.14 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	504 497,08	105 279,08
Serviços especializados	250 263,03	292 776,83
Materiais	46 338,83	40 563,02
Energia e fluidos	437 345,60	406 973,93
Deslocações, estadas e transportes	19 706,00	29 478,52
Serviços diversos	309 072,03	158 188,30
<b>Total</b>	<b>1 567 222,57</b>	<b>1 033 259,68</b>

**17.15 Outros rendimentos e ganhos**

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	0,00	458,70
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	105 201,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	23 250,00	4 000,00
Outros rendimentos e ganhos	171 617,62	151 845,97
<b>Total</b>	<b>300 068,62</b>	<b>156 304,67</b>

**17.16 Outros gastos e perdas**

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	612,70	301,44
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dividas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	422,91	1 761,29
Outros Gastos e Perdas	8 358,08	3 158,02
<b>Total</b>	<b>9 393,69</b>	<b>5 220,75</b>

**17.17 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	113 160,90	138 358,21
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>113 160,90</b>	<b>138 358,21</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,52	4,79
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,52</b>	<b>4,79</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-113 160,38</b>	<b>-138 353,42</b>

**17.18 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Mirandela, 31 de Dezembro de 2015

O Técnico Oficial de Contas

A Direcção